

29 de maio de 2012

LIGHT 2012

Unidade na luta

Rejeitada contraproposta Decretado estado de greve

A rejeição por unanimidade da contraproposta patronal dá idéia de como trabalhadores(as) da Light estão encarando o processo de negociação do ACT 2012/2013.

A expectativa é de que as próximas rodadas entre Sindicato e empresa representem uma virada na sistemática de negociação e que a Light atenda às justas reivindicações da categoria.

Nós sabemos o que queremos. A empresa sabe o quanto lucrou.

Na Assembléia ficou claro que trabalhadores(as) querem um auxílio creche e tíquete reajustados com valores de mercado

Querem ainda, a reposição integral das perdas do período + ganho real + abono.

Querem, enfim, que o esforço e comprometimento sejam reconhecidos.

Ainda mais, querem o estabelecimento de metas da PLR em que trabalhadores(as) sejam ouvidos, dentro da realidade que a empresa conhece bem.

NÓS SABEMOS O QUE QUEREMOS

- **Tíquetes** - A píada de aumentar o valor nominal de R\$ 19,50 para R\$ 20,50 com o corte das férias pegou mal. Hoje, cada trabalhador(a) recebe R\$ 5.148,00/ano e com a nova proposta vai receber R\$ 4.951,00 /ano. A empresa ainda desconta R\$ 4,20/mês e só depois de muita discussão concordou em manter em licença maternidade e afastados por acidentes.
- **Data base** - Queremos um ACT de 12 meses. Não aceitaremos imposições que ferem conquistas de 80 anos de luta.
- **Índice** - É vergonhoso para uma empresa que vem apresentando resultados financeiros positivos nos últimos anos que 88% da categoria ganhe até R\$ 4.000,00.
- **Férias** - Queremos uma gratificação compatível com uma empresa de ponta.
- **Cesta Natalina** - Queremos um valor que dê pra festejar o Natal.
- **Auxílio creche** - Queremos proteger nossos filhos para exercer nossas funções com tranquilidade.

Venha para a Assembléia e traga um(a) companheiro(a) de setor. A partir de agora, cada Assembléia é decisiva.

Assembléia

Dia 31 de maio de 2012 (quinta-feira), às 18 horas

No Auditório do Sindicato

Avenida Marechal Floriano, 199/10º andar

Boato

Fim do 13º salário não é verdade. “Notícia ‘internética’ é um spam”

Mais uma vez volta a circular na internet uma "informação" que desinforma e desorganiza o debate no movimento sindical. Trata-se de mensagem eletrônica que diz que foi aprovado na Câmara dos Deputados o fim do 13º salário.

A notícia é falsa. Diante de várias consultas feitas à assessoria parlamentar do DIAP, decidimos veicular novamente esta informação para lançar luz às desinformações sobre o "fim do 13º salário" e outros direitos dos trabalhadores.

No final de março de 2006, a assessoria parlamentar do DIAP, informou por meio da agência de notícias do órgão, que a aprovação do fim do 13º pelo Congresso era e é falsa, reafirmamos.

A mensagem é veiculada em períodos pré-eleitorais, a fim de desmoralizar o Congresso.

A proposição que mais se aproximava disso, o PL 5.483/01, enviado ao Congresso pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, tinha por finalidade flexibilizar a CLT, mediante modificação no artigo 618, para permitir a prevalência do negociado sobre o legislado.

Ou seja, o projeto autorizava que a negociação coletiva pudesse reduzir ou eliminar direitos trabalhistas. Mas aquele projeto, que havia sido aprovado na Câmara e aguardava votação conclusiva no Senado, foi retirado de tramitação pelo Governo Luiz Inácio Lula da Silva logo no primeiro ano do primeiro mandato, portanto em 2003.

Resistência na Comissão de Trabalho

O projeto, elaborado na gestão do ex-ministro do Trabalho e Emprego, ex-deputado e atual senador Francisco Dornelles (PP/RJ), apesar da grande resistência do movimento sindical e da luta do então deputado e atual senador Paulo Paim (PT/RS), foi aprovado na Câmara e enviado para apreciação do Senado. Nesta Casa, a matéria ainda chegou a tramitar sob o número de PLC 134/01.

A Internet democratizou as informações, mas também é usada para espalhar boatos com fins políticos, sem se importar com suas repercussões junto à população

A resistência e combate ao projeto na Comissão de Trabalho da Câmara foram implacáveis; a ponto de a matéria não ser aprovada no colegiado. O que obrigou o presidente da Câmara à época, deputado Aécio Neves (PSDB/MG), a avocar [chamar

para si] o projeto para votação diretamente no plenário da Casa.

Entretanto, o presidente Lula, que havia assumido o compromisso de sustar a tramitação do projeto, enviou a Mensagem 78/03, pedindo o arquivamento do PLC 134. Assim, em sessão do dia 10 de abril de 2003, a mensagem foi lida e aprovada pelo plenário do Senado, sendo o projeto definitivamente arquivado.

O Senado Federal, por intermédio do Ofício 594, de 8/05/03, endereçado ao ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhou a Mensagem 60/03 (SF), ao Excelentíssimo Senhor presidente da República, participando sobre o arquivamento do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 134. A "notícia", portanto, é falsa!

Visite nosso site: www.sintergia-rj.org.br